

MULHERES EM COMUNIDADES RURAIS: Divisão sexual do trabalhoⁱ

Ana Elizabeth Santos Alvesⁱⁱ

Ivana Teixeira Silveiraⁱⁱⁱ

Ediléia Rodrigues Lima^{iv}

Juliana Pereira Barbosa^v

RESUMO

O presente texto tem como objetivo central apresentar reflexões sobre mulheres e a divisão sexual do trabalho em comunidades rurais, a partir dos primeiros resultados da pesquisa de campo realizada em área rural do município de Planalto, BA. Do ponto de vista metodológico a pesquisa está buscando compreender historicamente a inserção das mulheres e dos homens na sociedade capitalista, considerando as contradições da formação social brasileira. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica ancorada em autores que fazem exame crítico sobre a divisão social do trabalho e a legitimação de ações que marcam a dominação-exploração exercida pelos homens em relação às mulheres. Como procedimentos técnicos realizamos análise de documento, observações do percurso que nos levou até o lugar onde estão localizadas as comunidades e entrevistas.

Palavras-Chave: Divisão sexual do trabalho – Comunidade rural - Mulheres

Esta comunicação científica é um recorte de uma pesquisa maior, em andamento, que analisa as possibilidades formativas de homens e mulheres no exercício profissional e doméstico em unidades de produção rural, no sentido de observar de modo mais amplo o núcleo de produção familiar. O presente texto está dividindo nas seguintes partes. Primeiro, explicamos o que é divisão sexual do trabalho; segundo, apresentamos alguns resultados extraídos da nossa incursão no campo empírico; terceiro, apresentamos breves análises de um Documento produzido pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia – CAR, em 2008, que possibilitou a concretização das primeiras análises teóricas sobre o conceito de Comunidade Rural.

Na evolução do processo histórico do capitalismo, a divisão do trabalho sofreu profundas transformações com a utilização da tecnologia, da organização e controle do trabalho. Desenvolveu-se uma relação entre os indivíduos e a natureza por meio do trabalho, passada de geração em geração, sendo modificada pelas gerações seguintes, somando uma massa de forças produtivas, capitais e formas sociais de intercâmbio, designando as condições de vida encontradas pelas diferentes gerações. As contradições do modo de produção são evidenciadas na divisão do trabalho entre aqueles que se apropriam e controlam os meios de produção, entre as diversas famílias, entre a

distribuição quantitativa e qualitativa do trabalho e dos produtos, e, na divisão do trabalho entre os sexos. Neste sentido, torna-se necessário analisar em que meios estão inseridos homens e mulheres na sociedade, quais suas condições de trabalho e como sobrevivem num espaço fetichizado, dominado pelo sistema capitalista, e de que forma sobrevivem nos limites de suas liberdades.

A divisão sexual do trabalho por muito tempo foi utilizada por cientistas para explicar a repartição de atividades desenvolvidas por homens e mulheres, como uma relação positivamente complementar.

Podemos compreender essa afirmativa a partir das análises sobre a divisão social do trabalho realizada por Durkheim (1978). Esse autor explica que o princípio da solidariedade entre os homens tem sua gênese nas sociedades conjugais, ou seja, nas relações positivas que se completam em diferenças e semelhanças entre indivíduos de uma mesma espécie: entre o homem e a mulher há sempre uma relação de complementaridade, ambos se diferem e se complementam.

Para Durkheim (1978, p.27) a divisão do trabalho produz um sentimento de solidariedade, uma relação positiva.

[...] Com efeito, o homem e a mulher isolados um do outro são somente partes diferentes de um mesmo todo concreto que eles formam unindo-se. Em outros termos, é a divisão do trabalho sexual que é a fonte da solidariedade conjugal [...] e se estende a todas as funções orgânicas e sociais.

O autor considera que quanto mais primitiva é uma dada sociedade e maior é a participação da mulher na vida política, pouco se diferencia as atividades desenvolvidas pelas mulheres das dos homens. Com o passar do tempo homens e mulheres vão assumindo papéis diferenciados na sociedade, e elas, por sua vez não conseguem acompanhar os efeitos da civilização. Surge então o casamento legalizado com um conjunto de regras jurídicas que reforçam e diferenciam os papéis entre homens e mulheres, fortalecendo assim a “solidariedade conjugal”. (DURKHEIM, 1978, p. 29).

Mediante o posicionamento de Durkheim, a mulher assume uma posição de segundo plano ao desenvolver qualquer tipo de atividade, como se ela somente estivesse apta a realizar aquilo que a sociedade legitima como não digno do homem realizar, essa condição ainda é fortemente percebida, se comparando a proximidade entre o que ele teorizou e o que está posto no seio das relações sociais.

Antropólogas e sociólogas feministas se contrapõem radicalmente às idéias de

Durkheim (KERGOAT, 2009, p. 67). As relações sociais entre homens e mulheres não se reduzem a condições biológicas ou “papéis sociais sexuados”, mas são resultados de uma construção social que separa as relações sociais de sexo e podem ser explicadas pelas análises em torno da divisão sexual do trabalho.

Essa autora lembra que o diferencial está na medida em que se começa a perceber uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, adaptadas em cada sociedade. Além disso, pode-se observar também que em todos os momentos históricos as atividades de trabalho desenvolvidas pelos homens são sempre agregadas de importantes valores sociais, o que não acontece com as mulheres.

A relação social é um princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é uma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesse antagônicos.

Esses grupos estão em tensão permanente em torno de uma questão; o trabalho e suas divisões. (...) as relações sociais de sexo e a divisão do trabalho são expressões indissociáveis que epistemologicamente, formam um sistema a divisão sexual do trabalho tem o status das relações sociais de sexo. (idem, p. 70)

Saffioti (1998) explica que as relações entre os sexos perpassam a esfera biológica e que transcende a uma construção também cultural, sendo esta “uma elaboração social, que se pode negligenciar sob pena de neutralizar processos de caráter histórico”. Tais ações paulatinamente vão sendo solidificadas e os processos históricos vão formando raízes difíceis de serem disseminadas. Mesmo com mudanças de pensamento, tornam-se sutilmente formas de agir, pensar, comportar, falar, vestir e, sobretudo legítimas ações de “dominação-exploração exercida pelos homens sobre as mulheres”. (idem, 1998, p. 183)

Para compreender melhor as relações sociais de sexo é importante falar sobre as relações de gênero, tendo em vista que tal conceito ainda é historicamente recente, mas permite entender melhor a dicotomia no mundo do trabalho.

No campo das ciências sociais, o termo gênero passou a ser utilizado muito recentemente pelas feministas americanas para, referir-se à organização social da relação entre os sexos. "A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso dos termos como "sexo ou diferença sexual". O principal objetivo das feministas, era se fazer notar toda e qualquer forma de rejeição ao determinismo biológico. Elas eram radicalmente contra qualquer tipo de conceito que estivesse sutilmente implícito à divisão ou diferenças entre o sexo. (SCOTT, 1990).

A forma como a sociedade se organiza não é apenas um simples modo de agir, mas é uma construção social que vai se remodelando de tempos em tempos. Na visão de Kergoat:

Homens e mulheres [...] formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão sexual do trabalho entre sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2009, p. 67)

Durkheim vê na divisão sexual do trabalho uma relação de correspondência e solidariedade o que difere do ponto de vista de Kergoat, que entende como uma questão de separação e hierarquização. Para ela, essa divisão separa funções que somente devem ser realizadas por homens e funções que só podem ser realizadas por mulheres. Além desse aspecto a mulher é imposta a assumir uma condição de inferiorização frente ao homem.

Kergoat(2009, p.68) destaca nomes como Hérítier-Augé e Peyre e Wiels , que afirmam que essa dicotomia no mundo do trabalho sempre existiu desde o início da humanidade e em todas as sociedades. Para eles tal pensamento é proveniente de uma

(...) ideologia naturalista – que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais”. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais.

A divisão sexual do trabalho não obedece a um pensamento determinista, mas possui um caráter mutável e flexível, vai se adaptando de acordo com a necessidade do contexto. Trabalho de homem e de mulher vai ganhando forma e se reconfigurando em meio ao pensamento social e as relações sociais que imperam em cada contexto. Portanto, fica subtendido que funções em torno das atividades reprodutivas são destinadas às mulheres e o trabalho produtivo é delegado ao homem.

Discutir sobre a divisão sexual do trabalho implica compreender historicamente as formas de separação decorrente da divisão do trabalho social, e para tal, é necessário pensar dialeticamente sobre a existência dessa divisão e de suas constantes configurações ao longo do tempo. Portanto, é necessário observar as relações antagônicas, investigando o universo do oprimido e do opressor.

Estamos nos aproximando do campo empírico de investigação entendendo a

condição desigual da mulher no contexto das relações entre os sexos, entretanto, só podemos compreender tal desigualdade no momento em que observamos sem fragmentar o trabalho de homens e de mulheres.

Diante das definições atribuídas acima sobre a divisão sexual do trabalho, encaminhamos o nosso olhar para uma análise local, centrando o nosso estudo em comunidades rurais do município de Planalto, que se localizam na Mesorregião Centro-Sul Baiana, a 477 km da capital Salvador^{vi}.

As impressões iniciais extraídas do campo empírico, baseadas na análise preliminar do documento, produzido pela CAR^{vii} e a sistematização dos dados obtidos por meio de entrevistas e questionário estão permitindo inferir algumas reflexões sobre o que é comunidade e a divisão sexual do trabalho.

Inicialmente podemos destacar o sentido do que é comunidade rural. Segundo Weber (1994, p. 26) o conceito de comunidade está inserido no conceito de relação social comunitária. A relação social é uma ação social, cuja combinação de significados é igualmente fixada pelos agentes que dela participam. Em outras palavras, existe um sentimento de reciprocidade de significados para os atores que participam da ação

Somente quando em virtude desse sentimento, as pessoas começam de alguma forma a orientar seu comportamento pelo das outras, nasce entre elas uma relação social – que não é apenas uma relação entre cada indivíduo e o meio circundante – e só na medida em que nela se manifesta o sentimento de pertencer ao mesmo grupo existe uma relação comunitária.

O sentimento homogêneo de pertença é definidor do conceito de comunidade, além do elemento localidade, uma vez que uma comunidade sempre ocupa uma área territorial. A noção de comunidade é definida como um lugar de igualdade, integração, tradição e afeto, entretanto, é importante considerar que também é um espaço de hierarquias e conflitos.

Os relatos dos moradores sobre a historicidade das localidades são fundamentais no estabelecimento de um ideário homogêneo de pertença comunitária. Além disso, podemos destacar também nas falas as lembranças das precárias condições vida e de trabalho relatadas pelos moradores mais velhos:

Dona Maria (comunidade de Jacó), por exemplo, conta “que as casas eram feitas de inchimento, cobertas por palha de coqueiro; as cama era de vara, fircada no chão e nas parede. Não tinha colchão não; distantes umas das outras”. Acrescenta Dona Lurdes: “com a paia do licuri fazia

chapéu, vassora, estera. As vasia era de barro, pote, panela tudo.” O Senhor Miro – Poço Dantas – relembra, “as mulé fazia renda numa almufada e com birros” (sic). (Plano de Desenvolvimento do Subterritório Povo Unido, 2008, p.10)

Esta situação é semelhante em Poço Dantas, conforme a fala de Dora Irani: “casa era de inchimento, coberta de palha; pra varrer precisava jogar água. O pilão era de madeira, prato e panela de barro; o colchão era de palha de bananeira; o fogão era a lenha”. Acrescenta um senhor do Alto da Boa Vista da Pimenteira – Poço Dantas, “as casa era de vara com barro e coberta de palha, armada com croá.” (sic). (Plano de Desenvolvimento do Subterritório Povo Unido, 2008, p.10)

O que vai referendar o fato dos próprios moradores denominarem o seu local de moradia como comunidade (povoado) são os relatos de trajetória de família acontecida no passado, tomando como base uma vida extremamente precária e presa à natureza, construída no âmbito do modo de produção capitalista.

As relações entre as pessoas da mesma família e os vizinhos são mais íntimas, reforçado por um morador: “nem todos da comunidade são parentes, mas todos são conhecidos” (Plano de Desenvolvimento do Subterritório Povo Unido, 2008, p. 16). A vida pretérita é designada pelos moradores a partir das condições materiais marcada por padrões mínimos de sobrevivência, como a utilização da candeia de mamona ou de cera que iluminava e aquecia as casas. O principal meio de transporte era o animal ou andar a pé. Eles se autodenominam como “povo antigo”. A atividade econômica básica era a agricultura de subsistência que não garantia a sobrevivência da família e muitos homens migravam para outras regiões a procura de trabalho, sendo transformados em mão de obra para o capital.

Atualmente, apesar da inserção de modos de vida urbano e o acesso a novas tecnologias, outros meios de transporte como motos e caminhões, acesso a políticas públicas básicas assistencialistas, a exemplo da bolsa família, as comunidades estão muito longe de superar a precariedade das condições de trabalho, materiais e técnicas, como também educacionais e sociais.

É da terra que as famílias retiram a maior parte da renda, (apesar das condições adversas da natureza como falta de chuvas e precariedade das condições técnicas) dedicam-se ao cultivo de feijão, milho, mandioca, fava, andu, melancia, abóbora, quiabo, maxixe e a criação de galinhas. Produzem para o autoconsumo e trocam parte da produção no mercado para garantir condições mínimas de sobrevivência e satisfazer

outras necessidades básicas, que geralmente não são atendidas. Quando buscamos explicações sobre a história do campesinato no Brasil, conforme Wanderley (2009, p. 123), constatamos que o “*quantum* de trabalho necessário à aquisição dos bens não produzidos internamente depende da relação que se estabelece entre o volume vendido e os preços obtidos que, em geral, é desfavorável ao camponês, este é levado a dispensar o consumo daqueles bens ou intensificar o seu trabalho para obtê-lo”. Observamos nas comunidades as precárias condições de vida e de trabalho dos moradores, no que diz respeito à moradia, saúde, educação e técnicas.

As comunidades estudadas constituem um grupo social que ainda realiza o penoso trabalho agrícola de subsistência e vende a sua força de trabalho para proprietários de terra da região ou de outros estados. Entre os moradores há um movimento migratório em busca de trabalho, explícito no relato abaixo.

(...) as pessoas saem para São Paulo. (...) “geralmente o povo vai para São Paulo, trabalhar na construção civil devido a seca”. Dona Eliede observa: “muitas pessoas da comunidade saem para fora. Ou para colheita do café, no caso das mulheres, por não ter outro meio de vida.” (Plano de Desenvolvimento do Subterritório Povo Unido, 2008, p.16)

A produção dos meios de subsistência e a reprodução da vida comungam um sentido de troca a partir dos ciclos de vida familiar. Os agentes familiares (pai, mãe, filhos) são as pessoas com que o grupo pode contar: a família é o lugar do sustento econômico e da criação dos filhos, dos netos. Segundo a narrativa dos moradores (Plano de Desenvolvimento do Subterritório Povo Unido, 2008, p. 14) as trajetórias das famílias são contadas pela história das atividades na lavoura e criação de animais, em terras ocupadas, há muitos anos, por seus antepassados e que passaram, posteriormente, pela divisão (herança), casamento, ou por relações de compra e venda, no caso de famílias que chegaram depois. A divisão do trabalho nas comunidades é organizada a partir do núcleo familiar, sendo cada membro responsável por suas atividades, seja na lavoura, seja com a criação. A distribuição da força de trabalho é feita entre os familiares.

Quanto à divisão sexual do trabalho, nas respostas dadas pelas mulheres quando questionamos sobre quais as atividades elas desenvolvem durante o dia, identificamos a realização de várias funções no apoio da economia familiar ao longo do dia, não tendo horário pra começar e terminar o que demonstra como o trabalho das mulheres é

refratário à mensuração do tempo. A rotina de trabalho e o uso do tempo são flexíveis durante o dia a dia. Por exemplo, na entrevista, uma das mulheres ressaltou que quando está cansada para e descansa, quando o sol está muito quente interrompe o trabalho e recomeça em outro horário. Apesar disso, a jornada de trabalho é dura e longa: nas atividades na roça, no trato com os animais, o cuidado com a família e o serviço doméstico; o controle do trabalho é demarcado pelo tempo das chuvas (tempo das águas ou as estiagens), pelo momento certo para o plantio e a colheita e a luta pela sobrevivência da família.

No documento da CAR (Plano de Desenvolvimento do Subterritório Povo Unido, 2008, p. 24) as mulheres relataram que

(...) nos serviços domésticos e na roça as mulheres consideram que elas trabalham mais que os homens, porque além de trabalhar, são responsáveis pelos filhos, trato do marido e bom andamento da casa. “Não recebe nada por isso e às vezes os marido não reconhece”, expressa uma senhora.

No depoimento dos homens eles se colocaram como responsáveis pelo destino da família e da comunidade. A figura do chefe de família, do provedor, está associada aos padrões patriarcais. Para eles a vida das mulheres da comunidade deveria ser organizada na família, segundo uma estrutura matrimonial que assegura o seu lugar no exercício das tarefas domésticas e na roça, conforme o depoimento abaixo:

Seu Valdir expõe seu entendimento a respeito das atribuições das mulheres na comunidade: “as mulheres nasceram pra isso. Óia foi deixado por Deus e a gente não pode mudar”. Referia-se ao que as mulheres podem ou não fazer e decidir. (Plano de Desenvolvimento do Subterritório Povo Unido, 2008, p. 23).

A invisibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres afirma a reprodução das desigualdades junto às possibilidades e às oportunidades que possam surgir para elas em outros espaços.

Enfim, as unidades de agricultura familiar, no Brasil, compreendidas como forma social de trabalho e produção (WANDERLEY, 2009), mantêm os traços típicos do campesinato, agrupando todos os membros da família e unindo produção, reprodução e consumo. As comunidades rurais estudadas são espaços no qual as mulheres sempre desempenham um papel fundamental na produção e reprodução dirigidas para a subsistência da família, embora persista a invisibilidade do seu trabalho e o fato de não

ser remunerado. Os homens são identificados com a figura do chefe de família que migra para outras regiões em busca da complementação da renda e da sobrevivência do grupo familiar.

Os resultados parciais extraídos do referencial teórico reafirmam que na sociedade de classes, a transformação da atividade prática em produtos do trabalho humano abstrato gera um valor que não é apropriado nem pelo homem nem pela mulher das classes populares, e como explica Saffioti (1979, p. 41): “É obvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social”. Além disso, apontam para uma “ideologia naturalista” que destina às mulheres as atividades reprodutivas e aos homens o trabalho produtivo. A análise (preliminar) documental permitiu inferir o conceito de comunidade rural e a história dos homens e das mulheres marcada pela exclusão social. A pesquisa inicial de campo evidencia a diversidade de atividades que são desenvolvidas pelas mulheres, comprovando como o trabalho desenvolvido por elas é imune à mensuração do tempo e diverso.

REFERÊNCIAS

- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Carlos A. R de Moura, Margarida G Esteves e J. Vasconcelos Esteves. Coleção Os Pensadores. S.P.: Abril Cultural, 1978. p 23-70.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; et al. (orgs.). *Dicionário crítico feminino*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 67-76
- Plano de Desenvolvimento do Subterritório Povo Unido*. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR. Bahia, 2008.
- SAFFIOTI, H. B. “Rearticulando gênero e classe social”, IN: A.Costa & C.Bruschinni (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. RJ: Rosa dos Tempos;SP:Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SCOOT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, RS, *Educação e realidade*, 16(2), p. 5-22, jul/dez. 1990.

WANDERLEY, M^a de N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1994.

ⁱ Agência Financiadora: Fapesb

ⁱⁱ Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. ana_alves183@hotmail.com

ⁱⁱⁱ Mestre em Ciências Sociais. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

^{iv} Estudante de Pedagogia da UESB. Bolsista de Iniciação Científica do CNPQ.

^v Estudante de Geografia da UESB. Bolsista de Iniciação Científica da Fapesb

^{vi} Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo 2010.

^{vii} Plano de Desenvolvimento do Subterritório Povo Unido. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR. Bahia, 2008. (Documento interno)